

OBSTÁCULOS PARA A MODERNIZAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL A PARTIR DO DESMEMBRAMENTO NA DÉCADA DE 1970

OBSTACLES FOR THE MODERNIZATION OF MATO GROSSO DO SUL FROM THE BREAKDOWN OF THE DECADE 1970

DEFFACCI, Fabrício Antonio (autor)¹

FERREIRA, Sonia Soares (co-autora)²

RESUMO:

A presente proposta de trabalho pretende investigar os elementos centrais do processo de Modernização do Estado do Mato Grosso do Sul, com ênfase para a década de 1970, período em que ocorreu a emancipação política do Estado. Em um primeiro momento, buscaremos indicar os aspectos teóricos da modernização. Em seguida, os aspectos históricos que possibilitaram a compreensão do desenrolar econômico e político. A base latifundiária da economia sul-mato-grossense, impulsionada no período anterior à emancipação política pelo o cultivo da erva-mate e, no período que envolve a emancipação, pela a pecuária, indica que o desenvolvimento do Estado não passou pelo o quadro da industrialização. A consolidação das instituições políticas decorreu de uma política nacional, permanecendo ausente das demandas locais, ou seja, da participação política popular. A correlação entre a dimensão política e a esfera econômica indica um descompasso: enquanto a emancipação reflete em um cenário de transformações profundas no campo político, a economia, por sua vez, mantém inalterada sua base agrária-latifundiária.

PALAVRAS-CHAVE: Mato Grosso do Sul, Emancipação política, Aspectos histórico-sociais, instituições políticas, desenvolvimento econômico.

ABSTRACT:

The proposed work aims to investigate the key elements of the process of modernization of the State of Mato Grosso do Sul, with emphasis on the 1970s, a period in which political emancipation of the state. At first, we try to indicate the theoretical aspects of modernization. Then the historical aspects that provided an understanding of the economic and political progress. The basis of the economy landowning South Mato Grosso, driven in the period before political emancipation by the cultivation of yerba mate and, in the period surrounding the emancipation, for cattle, indicates that the development of the state has not passed through the framework of industrialization. The consolidation of political institutions held a national policy and was absent from the local demands, ie, popular political participation. The correlation between the economic sphere and the political dimension shows a gap: while the emancipation reflects a scenario of profound transformations in politics, the economy, in turn, keeps unchanged its agrarian base-landlord.

KEYWORDS: Mato Grosso do Sul, Emancipation political, historical and social aspects, political institutions, economic development.

131

INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste trabalho é compreender o processo de modernização do Estado do Mato Grosso do Sul na década de 1970 por meio do diálogo entre a realidade histórico-social concreta e os aspectos teóricos gerais da modernização, indicando suas aproximações e distanciamentos, e, resgatando os principais aspectos históricos responsáveis pela a emancipação política do Estado do Mato Grosso do Sul. Em meio a este processo emergem o fortalecimento econômico do Estado do Mato Grosso do Sul a partir de sua base latifundiária, o avanço da pecuária na década de 1970 e sua contribuição para o desenvolvimento do Estado do Mato Grosso do Sul e, principalmente,

R
E
V
I
S
T
A

¹ Doutor em Sociologia UNESP/Araraquara. Professor de Ciência Política na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: fabricioad@uems.br

² Acadêmica do Curso de História da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: soares-sonia@hotmail.com

a relação direta entre o desenvolvimento econômico e a manutenção da base econômica latifundiária.

Este percurso será desenvolvido por meio de uma abordagem integrada das áreas de história, sociologia e ciência política. No caso destas duas últimas, a contribuição tem em vista a doação dos principais conceitos acerca da modernização. No campo da história será formada a base da pesquisa a partir da obtenção dos principais elementos que demarcam o percurso histórico do Estado do Mato Grosso do Sul, em especial na década de 1970 onde se consolida a emancipação política e os ideais de modernização. A abordagem histórica se pretende de dois modos. Em um primeiro momento, faremos a exposição diacrônica dos condicionamentos presentes no desenrolar da construção do Estado do Mato Grosso do Sul, tendo como ponto de partida a Guerra do Paraguai no século XIX. Posterior a isso, a pesquisa buscará o quadro sincrônico em torno da década de 1970, período em que ocorreu a emancipação política. Este resgate histórico pretende compreender a emancipação política do Mato Grosso do Sul, colocando em evidência, a necessidade da modernização, com ênfase na dimensão econômica.

Com base neste quadro geral, pretendemos caracterizar dois momentos como futuros desdobramentos desta pesquisa que se encontra em fase inicial: 1) formar um quadro bibliográfico direcionado para o estágio histórico de emancipação política do Estado do Mato Grosso do Sul na década de 1970. Com base na bibliografia levantada percebemos que poucos estudos sincrônicos dedicaram-se a analisar o período específico da emancipação política no Mato Grosso do Sul; 2) Com a demarcação na década de 1970, pretendemos aprofundar a leitura do processo histórico por meio da abordagem social, política e econômica latifundiária. Assim, buscaremos caracterizar a produção de uma nova realidade histórico-social a partir da década 1970 no Estado, tendo em vista o processo no espaço de participação política e as projeções econômicas em uma base latifundiária com baixo nível de industrialização.

132

ASPECTOS GERAIS DA MODERNIZAÇÃO

A concepção de moderno (do latim, *modernu*), da qual derivam expressões como, por exemplo, modernidade e modernização, constitui-se a partir da expectativa de inovação voltada para o aperfeiçoamento das condições que possibilitam a existência humana. No mundo moderno, impulsionado no século XVII, tais condições, do ponto de vista material, remetem ao fenômeno da industrialização aberto com a burguesia em ascensão (HOBSBAWM, 2010). O estágio histórico-social que estava na base desta nova orientação de mundo pode ser marcado pela presença do comércio enquanto gerador do capitalismo mercantil, o qual, em seu desenvolvimento rápido, viabilizou o surgimento das primeiras indústrias, firmando-se na Inglaterra o capitalismo industrial sustentado pela ampliação tecnológica da maquinaria (MARX; ENGELS, s/d). De acordo com Mannheim (1976), os avanços tecnológicos ergueram, no campo das visões de mundo do período, a expectativa do progresso como o ponto de realização da evolução humana.

A modernidade se apresenta, assim, na integração dos níveis materiais e ideacionais. Os processos históricos são submetidos a novas técnicas de racionalização, sendo esse o principal elemento de um mundo que passa a recusar os referenciais da tradição. A classe burguesa se encarrega do exercício de romper com os traços da aristocracia, deslocando a base econômica que antes se mantinha na posse de grandes quantidades de terras. Sobre os latifúndios, centro de produção da riqueza no período

medieval, o projeto de modernidade coloca as indústrias. Em conformidade com a leitura realizada por Weber (1987) acerca deste processo, é possível perceber que sobre os valores teológicos aparecem as determinações mundanas, em vista das quais o homem se torna o centro do mundo e sujeito produtor dos processos históricos. Contra o poder político verticalizado passaram a existir formas horizontais de poder, apontando para a necessidade da liberdade individual em uma sociedade que passa a reivindicar os espaços democráticos para a elaboração de novos consensos. Decorre daí a construção do Estado moderno, responsável por contribuir para o funcionamento satisfatório da nova estrutura social.

A elaboração de projetos cada vez mais aperfeiçoados de modernização assume o campo das principais preocupações em meio a uma perspectiva histórica que se lança constantemente para o futuro, para o novo, considerando-se capaz de superar o atraso do passado, do arcaico, escuro e estagnado mundo medieval. Logo, “as luzes da razão” irão se encarregar de fragmentar as ordens explicativas da religião, tendo pelo viés do Iluminismo a força necessária para o avanço da ciência que irá se estender sobre todas as esferas da vida social (ADORNO e HORKHEIMER, 1985). Com o desenvolvimento do aparato científico-tecnológico a modernização estabelece seu centro de atuação: expandir os domínios sobre a natureza, beneficiando o homem de modo a torná-lo, pela primeira vez na história, livre da escassez e hábil produtor de suas próprias condições de vida material.

Diante deste quadro histórico emerge o anseio de modernização, isto é, a motivação para superar o passado e construir um novo mundo a partir das capacidades humanas em uma era antropocêntrica. Nesta direção, alguns elementos podem ser destacados como essenciais no projeto de modernização: a inversão do sentido do trabalho, o qual passa a ser entendido como virtude do indivíduo na construção de uma sociedade que ao se desenvolver economicamente deve produzir o bem-estar coletivo (DURKHEIM, 1984), a industrialização como expansão do controle do homem sobre a natureza (IANNI, 1989), a participação política dos indivíduos com o propósito de abrir caminhos para a construção de um novo mundo (HABERMAS, 2000), a consciência produzida pela racionalidade e que encontra na figura dos intelectuais engajados seu momento de manifestação e expansão (BOBBIO, 1997).

O quadro geral da teoria da modernização em seu viés clássico, conforme a análise que se sustenta no desenrolar histórico-social europeu entre os séculos XVII e XIX, pode servir de ponto de partida para a análise da modernização do Estado do Mato Grosso do Sul, tendo em vista os contrastes que aparecem nesta aproximação. Para tanto, em um primeiro momento é necessário reconstruir de modo diacrônico o movimento histórico que culminou na emancipação política do Estado na década de 1970 e, em um segundo momento, enfocar de maneira sincrônica a década de 1970, na qual se efetivou a emancipação política. Neste segundo momento concentraremos maior esforço na realização desta pesquisa, pois em meio a ele passam a ser evidenciados os aspectos da modernização sul-mato-grossense.

ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICO E ECONÔMICOS DO MATO GROSSO DO SUL

Em se tratando da reconstrução diacrônica da história do Mato Grosso do Sul, podemos partir do ano de 1864 quando no sul do Mato Grosso tem início a guerra impulsionada pela ambição do Coronel Francisco Solano Lopes, cujo objetivo era aumentar

o território paraguaio e construírem saídas para o Oceano Atlântico pelos rios da Bacia do Prata, onde enfrentou inúmeras embarcações brasileiras que dirigiam seus comandos pelo Mato Grosso através da capital paraguaia. O período entre 1864 e 1870 foi marcado pela mais sangrenta e mais destrutiva de todas as guerras que assolaram a América do Sul em meados do século XIX. Em 1865, Uruguai, Brasil e Argentina uniram suas forças para vencer o Coronel Solano Lopes, dando o nome a esse acordo de Tríplice Aliança que foi responsável pelo fim da guerra em 1870. Com a morte de Francisco Solano Lopes em Cerro Cora. Após o fim da Guerra do Paraguai, o sul mato-grossense encontrava-se em total devastação social: no sudoeste do estado do Mato Grosso a população sofria de fome, miséria e doenças.

No ano 1932, aconteceu a Revolução Constitucionalista, a chamada Guerra Paulista, no Estado de São Paulo que tinha por objetivo a derrubada do governo de Getúlio Vargas que era provisória, para fazer valer uma nova lei para o Brasil. No sul de Mato Grosso ocorre neste momento o levante dos revolucionários, enquanto que o governo mato-grossense permanece fiel ao poder central. Este processo pode ser interpretado como o ponto de partida dos ideais do divisionismo, conforme entendem Campestrini e Acyr Vaz Guimarães (apud BITTAR, 1998, p.169):

[...] no decorrer da revolução o sul de Mato Grosso desligou-se do norte, tendo o General Klinger, chefe das forças armadas revolucionárias, nomeando o médico Vespasiano Barbosa Martins para governador da nova unidade o Estado de Maracaju. O governo foi instalado em Campo Grande, no dia 11 de julho de 1932 [...]

134

Entretanto, o *divisionismo* ganhou projeção maior nas décadas seguintes com o conflito entre as cidades de Cuiabá e Campo Grande (CORRÊA, 1995). Esta última, na época da separação do Sul do Mato Grosso com a criação do Estado de Maracaju, constituía-se como uma pequena Vila formada a partir de duas ruas: a 26 de agosto e a 7 de setembro. Tais ruas tiveram origem com a chegada de alguns forasteiros no ano 1911, mas em 1914 se deu a inauguração da ferrovia e junto com os trilhos veio também a esperança para a pequena vila. De acordo com Bittar (1998, p.57), neste mesmo período começaram a migrar povoamentos do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. As fazendas originadas nesta fase da história passariam a ser, segundo Moreno (2007), a base para a economia que se desenvolveria entre a pecuária e o cultivo da erva-mate. Foi também a partir destas fazendas que se deu o nome de Campo Grande à cidade que mais tarde seria a capital do Estado do Mato Grosso do Sul.

O povoamento associado ao impulso econômico das terras férteis criou um ambiente favorável para o desmembramento do Sul. A população do Sul do Mato Grosso, segundo Bittar (2009), recebeu a notícia do desmembramento do Estado no ano de 1977 com a aprovação do presidente Ernesto Geisel. Em seu discurso, Geisel destacou que a divisão do Mato Grosso com a criação do Mato Grosso do Sul contribuiu para uma melhor divisão geográfica do País, visando a utilização de novas áreas com alto potencial produtivo. Porém, o processo de desmembramento não teve a participação popular. Para Bittar (2009) uma parcela significativa da população local nem mesmo sabia do projeto de lei que estava no Congresso Nacional no ano de 1977. A notícia apenas foi popularizada no mês de outubro quando o ato foi consumado. Mesmo assim houve indiferença em relação aos novos rumos políticos do sul mato-grossense, exceto no caso registrado pelo jornal de uma passeata que ocorreu em Campo Grande. Se o desmembramento do Mato

Grosso do Sul não teve por base a participação popular, outro elemento pode explicar os condicionantes histórico-sociais deste processo. Segundo Amarílio Ferreira Junior (apud BITTAR 1998, p.154):

[...] a criação do Estado de MS, no final da década de 70, contemplava diversas questões políticas relativas aos interesses imediatos das forças sociais que davam sustentação ao regime militar, tais como: a ação divisionista, historicamente reivindicada pelos os grupos latifundiários do sul de MT; a estratégia econômica desenvolvimentista do capitalismo brasileiro com a criação de uma nova unidade político-administrativa na Região Centro-Oeste; e ampliação da base parlamentar da ditadura militar para dar sustentação à chamada “abertura lenta e gradual” implementada pelo o governo de Geisel...

A elite agrário-latifundiária sul-mato-grossense teve seus interesses contemplados pelo governo do presidente Geisel, o qual em seu discurso solene também destacou que o desmembramento do Estado do Mato Grosso era “uma necessidade política para o melhor equilíbrio da Federação futura”. Mas, por outro lado, a crítica apresentada pelo ex-deputado Ruben Figueiró (TRINDADE, 2001), manifestou a decepção diante daquilo que seria o real objetivo do governo Federal: estender o poder político da Aliança Renovadora Nacional (Arena) – partido político brasileiro criado em 1965, com o propósito de dar sustentação política ao governo militar instituído a partir do Golpe Militar em 1964. O desmembramento do Mato Grosso teria, desse modo, a finalidade de dar vitalidade eleitoral ao regime militar, pois aumentaria o número de deputados na bancada federal, os quais eram provenientes no novo Estado do Mato Grosso do Sul.

A emancipação política do Mato Grosso do Sul contribuiu para o fortalecimento de sua estrutura econômica, a qual foi definitivamente centralizada na pecuária e na erva-mate. Como reflexo disso, o poder político manteve uma relação indissociável com o poder econômico proveniente da produção latifundiária. A expansão econômica com base no cultivo da erva-mate se deu pela Companhia da Erva-Mate Laranjeira, vinculada aos mercados e capitais estrangeiros. Além disso, a ferrovia Noroeste do Brasil contribuiu para o fortalecimento econômico, tanto pelo impulso do povoamento em massa quanto pelo acúmulo de mercadorias, o que fez de Corumbá uma liderança nas atividades econômicas (a capital comercial) no sul mato-grossense (BIANCHINI, 2000). Entretanto, a expansão econômica estava alicerçada pelos avanços técnicos, o que permitia somente aos grandes proprietários o desenvolvimento produtivo, pois eram os detentores dos meios financeiros para os altos investimentos.

A presença de terras férteis nas fronteiras do oeste brasileiro possibilitou o surgimento de dois ciclos econômicos ainda no século XIX: da erva-mate e o ciclo do gado. Se antes da guerra do Paraguai quem dominava o mercado da erva-mate era o Paraguai, depois da guerra a produção se consolidou no oeste brasileiro, sendo o sul mato-grossense o principal beneficiado. Segundo Bianchini (2000), depois da guerra aumentaram as exportações da bebida “mate”, que poderia ser tomada tanto quente ou fria. Thomaz Laranjeira (proprietário da Companhia Erva-Mate Laranjeira) abastecia as tropas brasileiras durante a guerra. Com habilidade empreendedora no período conseguiu prosperar, tendo como clientes os paraguaios e os brasileiros. Durante um tempo em Santa Catarina comercializou ervais, e com o lucro obtido ampliou a exploração dos extensos ervais nativos que encontrara nas terras do Mato Grosso que ainda encontravam-se sob a posse da viúva do Coronel Solano Lopes que tentara passar para seu filho Enrique Venâncio Lopes. Mas, segundo Bittar (2009), para Thomaz haveria um problema se caso

a transferência fosse feita e, por conta disso, recuou os investimentos na área de erva-mate para direcioná-los em fazendas para criação de gado. Porém, em dezembro 1882, o Governo Imperial concedeu para Thomaz o direito de explorar os extensos ervais que ficavam localizados no antigo Mato Grosso.

Para Albanez (2003), a Companhia se consolidou quase sem concorrentes. Além da enorme quantidade de terras, possuía também prédios, oficinas, carpintarias, serrarias e uma ferrovia de 68 km de extensão. Entretanto, o governo federal decidiu expandir na primeira metade do século XX o *Estado Novo*. Entre as novas medidas adotadas pelo governo estava a nacionalização das fronteiras sul-mato-grossenses, em especial as fronteiras com o Paraguai, o que levou ao enfraquecimento da Companhia. Em 1938, o governo recusou o pedido de renovação do contrato do arrendamento de terras, criando taxas sobre a erva-mate, e apoiando as pequenas empresas de ervais, as quais foram fortalecidas por meio da criação do Instituto Nacional do Mate e cooperativas de produtores. Em 1943, o governo federal criou a colônia agrícola nacional de Dourados (CAND) nos locais antes arrendados para a Companhia Mate-Laranjeira, neste espaço surgiu também às cidades da região de Dourados. O projeto (CAND) teria o objetivo de desenvolver o capitalismo agrário e, com isso, ocupar os espaços geográficos semipovoados. Com o projeto, as terras férteis deveriam ser distribuídas em lotes gratuitos para colonos imigrantes: nordestinos, mineiros, paulistas e tantos outros brasileiros. Mas, na década de 1950 houve um aumento expressivo na quantidade de colonos, o que ocasionou a perda do controle por parte do governo que não mais conseguiu oferecer a assistência prometida.

136

Por fim, o projeto de distribuição dos grandes lotes de terras não obteve sucesso a longo prazo e, junto a isso, provocou o declínio da economia sustentada na erva-mate. Em contrapartida, com o enfraquecimento da erva-mate na base da economia sul-mato-grossense emergiu a força da pecuária, apoiada na utilização de grandes lotes de terras. E, diante da emancipação política do Mato Grosso do Sul, a elite que dirigia a política do novo Estado começou a buscar mecanismos políticos para solidificar a estrutura da nova atividade econômica na década de 1970. O Mato Grosso do Sul, com suas imensas pastagens e lagos, principalmente na região pantaneira, logo foi percebido como um Estado promissor para investimentos no gado.

A pecuária viabilizou o desenvolvimento do Estado após a emancipação política. Com o fortalecimento da base econômica, a necessidade do transporte do gado proporcionou a abertura de novas estradas e a manutenção da ferrovia que estava em funcionamento. O crescimento da pecuária dentro de um mercado cada vez mais amplo tornou o Estado conhecido no cenário nacional. Segundo Tarsitano (1990), o impulso econômico por meio da pecuária trouxe consigo também a modernização da agricultura. O governo passou a fazer investimentos na região de fronteira, criando subsídios na infraestrutura como, por exemplo, o crédito rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do percurso apresentado podemos constatar que a emancipação política do estado do Mato Grosso do Sul foi empreendida a partir de interesses verticais ausentes da manifestação popular. Este aspecto contrapõe-se ao modelo de modernização política conforme exposto em teoria, com base na modernização européia que se desencadeou a partir do século XVII. Por outro lado, a esfera econômica, baseada no modelo agrário-

latifundiário, não passou pela intensificação da industrialização. Este elemento também faz com a modernização do estado do Mato Grosso do Sul esteja situada para fora do processo histórico de modernização desencadeado na Europa. Por certo, o percurso construído até o presente momento é possível afirmar a singularidade da modernização sul-mato-grossense.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALBANEZ, Jocimar Lomba. *Sobre o processo de ocupação e as relações de trabalho na agropecuária: O extremo Sul de Mato Grosso (1940-1970)*. (Dissertação para nível de mestrado), UFMS, Dourados-MS, 2003.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate-larangeira*. Londrina: UEL, 1997.

BIANCHINI, Odaléa C. Deniz. *A companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato grosso: 1880 – 1940*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

BITTAR, Marisa. “Entrevista: Como começou seu interesse por MS”. In: *Revista Cultura*, nº 03, Dezembro, 2010.

_____. *Mato Grosso do Sul: a construção de um estado: Regionalismo e divisionismo no Mato Grosso*. Campo Grande, MS: UFMS, 1998.

137

_____. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a Capital*. Campo Grande, MS: UFMS, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: UNESP, 1997.

CORRÊA, Valmir B. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso. 1889-1943*. Campo Grande: UFMS, 1995.

DURKHEIM, Emile. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença, 1984.

HABERMAS, Jurgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

IANNI, Otávio. “A sociologia e o mundo moderno”. In: *Tempo Social*. São Paulo, 1 (1): 7:27, 1º sem., 1989.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

–MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-omêga, s/d.

MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de Burla: 1892-*

Deffacci, Fabrício Antonio, Ferreira, Sonia Soares

1992. Cuiabá, MT: UFMT, 2007.

TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo. *Análise da agricultura Mato Grossense.1970-85*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

TRINDADE, Vilma E. *Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho (1887-1973)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1987.

ZORZATTO, Osvaldo. “Alicerces da identidade mato-grossense”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: ano 161, p.419-439, julho/set, 2000.